



INDÚSTRIAS DUREINO S/A

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos a Vs. Sas., e ao público em geral, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Aproveitamos a oportunidade para registrar nossos agradecimentos aos acionistas, clientes e fornecedores, e especialmente aos nossos colaboradores, pelo envolvimento e dedicação.

Teresina-PI, 14 de janeiro de 2021.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

**BALANÇO PATRIMONIAL
(em milhares de reais)**

Ativo	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019 (reclassificado)	Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	(nota 06) 3.525	2.454			
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(nota 07) 12.214	13.576	Empréstimos e financiamentos	(nota 19) 10.719	6.875
Ativos financeiros – custo amortizado	(nota 07) 2.308	30	Fornecedores e outras obrigações	(nota 20) 5.062	5.349
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(nota 08) 19.204	17.088	Tributos a pagar	(nota 21) 204	36
Estoques	(nota 09) 37.924	10.782	Impostos Parcelados	(nota 22) 147	58
Impostos a recuperar	(nota 10) 15.075	24.089	Obrigações trabalhistas	(nota 23) 1.258	1.275
Adiantamentos	(nota 11) 830	2.785	Adiantamentos de clientes	(nota 24) 1.082	484
Despesas antecipadas	(nota 12) 99	146	Dividendos a pagar	1.193	894
			Outros valores a pagar	(nota 25) 284	544
	<u>91.179</u>	<u>70.950</u>		<u>19.948</u>	<u>15.515</u>
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e Financiamentos	(nota 19) 6.153	6.734
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(nota 10) 4.462	4.311	Parcelamento tributário	(nota 22) 501	107
ICMS a recuperar	(nota 10) 13.274	9.199	Debêntures	(nota 19) 191	191
Partes relacionadas	(nota 14) 0	139	Provisões para contingências	(nota 26) 973	1.314
Depósitos judiciais	0	30			
Outros valores a receber					
	<u>17.736</u>	<u>13.679</u>	Total do passivo	<u>27.765</u>	<u>23.862</u>
Propriedades para investimentos			Patrimônio líquido		
Investimentos	(nota 15) 590	590	Atribuído aos acionistas das Controladoras		
Imobilizado	(nota 16) 662	265	Capital social	(nota 27) 22.910	22.910
Intangível	(nota 17) 30.318	36.274	Ajustes de avaliação patrimonial	(nota 27) 9.732	9.732
	(nota 18) 79	79	Reserva de capital	(nota 27) 511	511
	<u>31.649</u>	<u>37.209</u>	Reserva de lucros	(nota 27) 79.646	64.823
			(-) Ações em tesouraria	-	-
				<u>112.800</u>	<u>97.976</u>
			Total do patrimônio líquido	<u>112.800</u>	<u>97.976</u>
Total do ativo	<u>140.565</u>	<u>121.838</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>140.565</u>	<u>121.838</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

		<u>2020</u>	<u>2019</u>
Operações continuadas			
Receitas	(nota 28)	192.476	146.448
Custo das vendas	(nota 29)	<u>(145.247)</u>	<u>(117.454)</u>
Lucro bruto		47.229	28.994
Despesas com pessoal	(nota 30)	(2.527)	(2.328)
Despesas comerciais	(nota 30)	(22.098)	(21.320)
Despesas administrativas	(nota 30)	(2.767)	(2.954)
Despesas tributárias	(nota 30)	(2.096)	(1.751)
Outras receitas e despesas operacionais	(nota 31)	(1.345)	5.356
Resultado financeiro	(nota 32)	<u>(1.102)</u>	<u>(428)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		15.293	6.425
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(nota 13)	0	0
Diferido	(nota 13)	<u>150</u>	<u>1.990</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		15.443	8.415

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	15.443	8.415
Outros componentes do resultado abrangente		
Ajustes de Exercícios Anteriores	(321)	917
Total do resultado abrangente do exercício	15.122	9.332



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	Cotas em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2019	22.910	9.732	511	55.773	0	(4)	88.922
Resultado abrangente do exercício					0		0
Ajustes de exercícios anteriores					917		917
Lucro do exercício					8.415		8.415
Total do resultado abrangente do exercício					9.332		9.332
Destinação do lucro líquido do exercício							
Constituição de reservas de incentivos fiscais				9.033	(9.033)		
Dividendos Distribuídos					(299)		
Total da destinação do lucro líquido do exercício					(9.033)		(0)
Alienação de ações próprias				16		4	
Em 31 de dezembro de 2019	22.910	9.732	511	64.823	0	0	97.976
	Capital Social	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Resultados Acumulados	Cotas em Tesouraria	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2020	22.910	9.732	511	64.823	0	0	97.976
Resultado abrangente do exercício					0		0
Ajustes de exercícios anteriores					(321)		(321)
Lucro do exercício					15.443		15.443
Total do resultado abrangente do exercício					15.122		15.122
Destinação do lucro líquido do exercício							
Constituição de reservas de incentivos fiscais				14.824	(14.824)		
Dividendos Distribuídos					(299)		
Total da destinação do lucro líquido do exercício					(15.423)		(15.123)
Em 31 de dezembro de 2019	22.910	9.732	511	79.647	0	0	112.594



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro
(em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	15.443	8.415
Depreciações, amortizações e exaustões	6.770	4.729
Perdas nas contas a receber	148	
Perdas em estoques	(2)	23
Perda/(Ganho) na venda de imobilizado e intangíveis	867	(3.852)
Ganho financeiro líquido	2.678	1.012
Reversão de Provisões	1.887	(235)
Subvenções para investimentos	(15.807)	(12.290)
Impostos sobre faturamento não recolhidos/incentivados	15.863	
Outros itens não monetários incluídos no lucro	262	(56)
Fluxo de caixa das atividades operacionais antes do capital de giro e provisões	28.109	(2.252)
(Aumento)/Redução de Clientes	(1.942)	(2.257)
(Aumento)/Redução de Estoques	(27.142)	6.029
(Aumento)/Redução de Impostos a Recuperar	4.682	1.331
Aumento/(Redução) de Fornecedores	5.258	(5.677)
Aumento/(Redução) de Impostos a Recolher	554	(25)
Aumento/(Redução) de Provisões	(69)	150
Geração/(Consumo) de caixa das atividades operacionais	9.451	(2.701)
Juros pagos	(412)	(17)
Juros recebidos	111	322
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Fluxo de caixa das atividades operacionais	9.150	(2.396)
Pagamento pela Compra de Imobilizado e Intangível	(10.614)	(11.226)
Recebimento da Venda do Imobilizado	6.738	10.251
Aplicações Financeiras	(2.727)	
Ativos financeiros (líquidos)	1.773	432
Fluxo de caixa gerado (consumido) nas atividades de investimentos	(4.830)	(543)
Pagamento de Financiamentos	(24.552)	
Pagamento de juros s/ empréstimos e financiamentos	(1.174)	
Liquidação de Empréstimos	(9.514)	(4.423)
Empréstimos Contraídos	31.991	8.811
Recebimentos na Venda de Ações	-	30
Fluxo de caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	(3.249)	4.419
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NO PERÍODO	1.071	1.479
Varição no Caixa e Equivalentes-Caixa	1.071	1.479
Caixa e equivalentes-caixa no final do período	3.525	2.454
Caixa e equivalentes-caixa no início do período	2.454	975

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1: CONTEXTO OPERACIONAL

A Indústrias Dureino S/A, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro em Teresina-PI e prazo de duração indeterminado, tem uma atuação desde a aquisição do grão de soja até a produção de farelo de soja e óleo refinado de soja para o consumidor final, além de prestação de serviços de transporte de cargas. A Dureino é uma empresa genuinamente piauiense e está presente em quase todos os estados do Nordeste. Em sua gestão, são observadas as disposições descritas na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, e das disposições contidas em seu Estatuto Social.

NOTA 2: APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis estão expressas em milhares de Reais e foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, com base na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, bem como as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Conselho Federal de Contabilidade (CFC).



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

NOTA 3: BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos ativos, passivos, receitas e despesas identificados e segregados utilizando as informações contábeis históricas da empresa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Estas demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir:

a. Estimativas contábeis

Os números apresentados nas Demonstrações Contábeis são baseados em pressupostos e estimativas técnicas, com relação às expectativas futuras de recebimentos e pagamentos das transações e eventos econômicos ocorridos até o presente período. Os valores reais dos fluxos de caixa futuros podem diferir dos valores estimados, quando da materialização dos eventos que geraram essas estimativas, as quais são revisadas periodicamente.

b. Conversão de moeda estrangeira

b.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

b.2 Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

c. Caixa e equivalentes a caixa:

Representa os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos de renda fixa e/ou em títulos cujos vencimentos, quando de sua aquisição, eram iguais ou inferiores a 90 dias. As aplicações financeiras, por sua própria natureza, já estão mensuradas a valor justo por meio do reconhecimento no resultado, conforme CPC 39 – Instrumentos Financeiros: Apresentação, CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação e CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

d. Ativos e passivos financeiros

d.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e custo amortizado. A classificação depende da modalidade de negócio para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

d.2 Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos e passivos financeiros mantidos para negociação. Um ativo e passivo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como circulante.

d.3 Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

e. Contas, a receber de clientes



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*).

f. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

A administração da Dureino realiza periodicamente a revisão de procedimentos nos controles e movimentação dos estoques, bem como os procedimentos de inventário.

g. Outros impostos a recuperar

São avaliados pelo custo e não excedem o valor esperado de realização.

h. Subvenção governamental

Subvenção governamental, inclusive subvenção não monetária a valor justo, somente é reconhecida no resultado, quando existe razoável segurança de que: (a) a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção; e (b) a subvenção será recebida. A subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, o que ocorre no momento da sua apuração e atende as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

A subvenção governamental relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, é apresentada no balanço patrimonial, deduzindo o valor contábil do ativo relacionado. A subvenção é apresentada como dedução da despesa relacionada.

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do período.

i. Imobilizado

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Edificações	25-40
Máquinas	5-15
Veículos	3-5
Móveis, utensílios e equipamentos	3-10

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

j. Empréstimos e Financiamentos:

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

k. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

l. Obrigações sociais e tributárias

São registradas de acordo com o regime de competência e representam obrigações fiscais, sociais e trabalhistas

m. Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social das sociedades.

n. Provisões

São reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

o. Outros ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

p. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela empresa, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

g. Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Dureino e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, e apurada em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento de contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança, segundo o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

r. Subvenções e incentivos fiscais

A Dureino possui subvenção de ICMS para investimentos concedidos pelo Governo do Estado do Piauí, o qual está diretamente ligado aos investimentos nas atividades produtivas, geração de empregos e desenvolvimento social e econômico no estado, sendo contabilizados diretamente ao resultado como redução da carga tributária do referido tributo.

s. Adoção das novas normas contábeis

A empresa continua em processo de adequação aos Pronunciamentos Contábeis (CPCs), Normas Internacionais e Lei 11.638/07, todos os pronunciamentos que não foram observados neste exercício e que possam gerar efeitos relevantes de ajustes nas demonstrações contábeis, deverão ser adotados no exercício seguinte.

NOTA 4: ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

4.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

b. Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita no momento da entrega física dos bens ou serviços (transferência dos riscos e benefícios ao comprador), com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e é apresentada líquida dos impostos das devoluções,



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

dos abatimentos e dos descontos e subvenções para investimentos referentes ao ICMS, sendo apurada em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

c. Provisão para devedores duvidosos

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

NOTA 5: GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da empresa concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

a. Risco de mercado

a.1 Risco cambial

A Companhia, atualmente, não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições em relação ao Dólar dos Estados Unidos da América e ao Euro em transações comerciais no mercado externo. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras no exterior.

a.2 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a empresa ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Durante 2020 e 2019, os montantes de empréstimos e financiamentos da Companhia foram reduzidos, devido a liquidação de contratos firmados.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

c. Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Controladoria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da empresa, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da empresa para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da empresa, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os sócios têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos sócios ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial combinado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Em 2020, a estratégia da Companhia manteve os níveis de investimentos o que mostra a manutenção do índice de alavancagem financeira. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 podem ser assim sumariados:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Total dos empréstimos	16.871	13.609
Debêntures	191	191
Parcelamento tributário	648	165
Menos: caixa e equivalentes de caixa	-3.525	-2.454
Menos: ativos financeiros	<u>-14.620</u>	<u>-13.576</u>
Dívida líquida	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do patrimônio líquido	<u>112.594</u>	<u>97.976</u>
Total do capital	<u>112.594</u>	<u>97.976</u>
Índice de alavancagem financeira - %	0%	0%

NOTA 6: CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa abrange numerário em espécie e contas bancárias disponíveis. Equivalentes-Caixa são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, constituídos de títulos de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento dos balanços apresentados e não superam o valor de mercado.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Recursos em bancos e em caixa	3.525	2.454
Saldo	3.525	2.454

NOTA 7: ATIVOS FINANCEIROS

Referem-se às Aplicações Financeiras da companhia que são realizadas quase em sua totalidade em fundos de investimentos e tais recursos aplicados são destinados às manutenções operacional e administrativa. É concentrado parte substancial das disponibilidades nos ativos financeiros ao valor justo avaliado por meio do resultado, da forma abaixo apresentada:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	14.521	13.568
Ativos financeiros – custo amortizado	98	39
Saldo	14.620	13.607

NOTA 8: CLIENTES

Os saldos de clientes estão registrados pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dentre as mudanças promovidas pela Lei nº 11.638/07, a empresa não efetuou o ajuste a valor presente de suas contas a receber e contas a pagar em função dos ajustes de sistema para individualização dos títulos. Na opinião da administração, o resultado final deste ajuste não é relevante.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Clientes	20.918	17.088
(-) Provisão para devedores de liquidação duvidosa	-1.916	0
Outros créditos	104	0
Saldo	19.106	17.088



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	16.268	13.294
Vencidos até 30 dias	1.277	1.462
Vencidos entre 30 e 90 dias	260	1.416
Vencidos entre 90 e 180 dias	573	326
Vencidos acima de 180 dias	2.540	590
Saldo	20.918	17.088

NOTA 9: ESTOQUES

Os estoques de produtos prontos, de produtos em elaboração e de as matérias-primas foram avaliados, respectivamente, pelos custos médios de produção e aquisição.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Produtos Prontos	15.650	1.895
Matéria-Prima e Materiais Secundários	19.116	5.611
Materiais de Manutenção e Consumo	3.158	3.277
Saldo	37.924	10.782

NOTA 10: IMPOSTOS A RECUPERAR

Compreende os impostos retidos sobre aplicações financeiras realizadas; saldos dos créditos por aquisição de insumos para produção, deduzidos os débitos pelas saídas e a parcela circulante dos créditos por aquisição de imobilizado que serão compensados com o respectivo imposto a pagar, quando possível. Os impostos a recuperar são mensurados pelos valores de realização.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PIS a Recuperar	2.494	4.067
COFINS a Recuperar	11.438	19.097
ICMS a Recuperar	306	9.199
ICMS a Recuperar – Longo Prazo	13.275	0
IPI a Recuperar	391	428
IR Retido na Fonte	220	256
IRPJ a Recuperar	163	132
CSLL a Recuperar	63	63
Outros Impostos a Recuperar	4.462	4.357
Saldo	32.811	37.599

A administração considerou que o ICMS somente seria recuperado em exercícios futuros e, dessa forma, decidiu reclassificá-lo no Ativo Não-Circulante.

	<u>Publicado 2019</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Republicado 2019</u>
ICMS a Recuperar – Ativo Circulante	9.199	(9.199)	0
ICMS a Recuperar – Ativo Não Circulante	0	9.199	9.199

NOTA 11: ADIANTAMENTOS

Representa adiantamentos a fornecedores e a funcionários. Estão apresentados pelo valor líquido de realização, sendo avaliadores os riscos de não cumprimento dos contratos com fornecedores e de desconto de colaboradores.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamento a Fornecedores	725	2.643
Adiantamento a Funcionários	105	142
Saldo	830	2.785



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

NOTA 12: OUTRAS CONTAS A RECEBER

Os demais valores a receber representam despesas antecipadas, adiantamentos a funcionários, entre outros e estão apresentados pelo valor líquido de realização, incluídos quando aplicáveis os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de Exercícios Subsequentes	99	146
Saldo	99	146

NOTA 13: IRPJ E CSLL

	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	14.982	6.425
Despesas não dedutíveis	71	12
Receitas de incentivos fiscais	- 15.807	- 12.290
Prejuízo fiscal no exercício	- 753	- 5.853
(-) Compensação prejuízos fiscais	-	-
Lucro Fiscal Ajustado	- 753	- 5.853
Imposto de Renda	- 111	- 1.463
Contribuição Social	- 40	- 527
Imposto de renda e contribuição social	- 150	- 1.990

NOTA 14: PARTES RELACIONADAS

14.1 Contratos de mútuo

	Ativo Não Circulante		Passivo não-Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Contratos de Mútuos (i) (ii)	0	139	0	0

14.2 Dividendos a pagar

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	894	596
Distribuição de dividendos	299	299
Dividendos pagos	(0)	0
	1.193	894

NOTA 15: PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTOS

	31/12/2020	31/12/2019
Terrenos	590	590
	590	590

O saldo total refere-se a terrenos localizados no estado do Piauí, sendo que o objetivo deste ativo é a sua valorização ou não são utilizados nas atividades operacionais do Grupo, sendo avaliados contabilmente a valor de custo.



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

NOTA 16: INVESTIMENTOS

Os ativos classificados no Investimentos referem-se a pagamentos à Consórcios e são mensurados, respectivamente, pelo custo atribuível e custo de aquisição.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Consórcios	662	265
Saldo	662	265

NOTA 17: IMOBILIZADO

Os ativos classificados no Imobilizado são mensurados pelo custo de aquisição e deduzidos das respectivas depreciações ou amortizações acumuladas, que são calculadas pelo método linear com base nas taxas de depreciação e amortização determinadas pelas autoridades federais para fins fiscais. Atualmente, a empresa está efetuando a implantação do controle individualizado dos bens imobilizados para funcionamento no exercício de 2021, incluído no plano de ação para detalhamento e apresentação dessas informações. A empresa continua em processo de adequação, no intuito de alinhar a gestão patrimonial da empresa a Resolução CFC nº 1.177/09 - NBC TG 27 – Ativo Imobilizado e a Resolução CFC nº 1.292/10 - NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

	Terrenos e edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis, utensílios e equipamentos	Imobilizações em andamento	Total
Em 1º de janeiro de 2019						
Custo	17.857	3.581	32.513	824	2.199	56.974
Adiantamento para Aquisições de Imobilizado	-	-	-	-	-	-
Depreciação acumulada	(4.435)	(1.172)	(14.650)	(443)	-	(20.700)
(-) Provisão para redução a valor recuperável	-	-	-	-	-	-
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2019	13.422	2.409	17.863	381	2.199	36.274
Em 1º de janeiro de 2020						
Saldo inicial	13.422	2.409	17.863	381	2.199	36.274
Aquisições	1.401	292	1.357	67	4.024	7.142
(-) Baixas	(52)	(23)	(7.913)	(1)	(1.989)	(9.977)
Adiantamento para Aquisições de Imobilizado	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para redução a valor recuperável	-	-	-	-	-	-
Depreciação	(669)	(177)	(2.209)	(67)	-	(3.121)
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	14.102	2.503	9.098	381	4.234	30.318
Em 31 de dezembro de 2020						
Custo	19.206	3.851	25.958	890	4.234	54.139
Adiantamentos para Aquisições de Imobilizado	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para redução a valor recuperável	-	-	-	-	-	-
Depreciação acumulada	(5.104)	(1.349)	(16.859)	(510)	-	(23.822)
Saldo contábil, líquido	14.102	2.502	9.098	381	4.234	30.318



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Os ativos da empresa não necessitam de provisão para perda por desvalorização por não apresentarem valor contábil superior ao valor em uso.

NOTA 18: INTANGÍVEL

Os ativos classificados no Intangível referem-se a Marcas da empresa e são mensurados pelos gastos ocorridos pelo seu registro nos órgãos competentes.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Marcas	79	79
Saldo	79	79

NOTA 19: EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Inteiramente composto por contratos de empréstimos e financiamento com instituições financeiras, acrescidos dos encargos e despesas financeiras calculadas com base na taxa efetiva de juros. As debêntures emitidas que se encontram em poder do FINOR, estão evidenciados no Passivo Não Circulante.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante		
Empréstimos Garantidos	10.424	4.892
Empréstimos Bancários	295	1.983
Total do Circulante	10.719	6.875
Não Circulante		
Empréstimos Garantidos	5.611	2000
Empréstimos Bancários	542	4.734
Debêntures	191	191
Total do Não Circulante	6.344	6.925
Total	17.062	13.800

O detalhamento das modalidades de contratos e encargos estão sumarizados a seguir:

	Taxa média (% ao ano)	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante			
Capital de Giro	7,10% a.a.	10.424	4.892
Finame	10,68% a.a.	295	1.983
Total dos Empréstimos - Circulante		10.719	6.875
Total do Circulante		10.719	6.875
Não Circulante		2020	2019
Capital de Giro	7,10% a.a.	5.611	2000
Finame	10,68% a.a.	542	4.734
Debêntures		191	191
Total dos Empréstimos - Circulante		6.344	6.925
Total		17.062	13.800

NOTA 20: FORNECEDORES

São registrados no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando contratadas.



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Fornecedores de Matéria-Prima	4.144	3.385
Fornecedores Gerais	918	1.964
Saldo	5.062	5.349

NOTA 21: TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

As obrigações fiscais e trabalhistas estão compostas por impostos e contribuições a recolher que se referem aos fornecedores de serviços, prestadores de serviços, obrigações trabalhistas e previdenciárias

Outros impostos a pagar

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
ICMS	0	0
IPI	0	0
PIS/COFINS	0	0
Impostos Retidos	77	36
Taxas	127	118
Saldo	204	154

NOTA 22: PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante		
IRPJ/CSLL	0	11
PIS/COFINS	122	0
Outros	25	47
Saldo	147	58
Não Circulante		
IRPJ/CSLL	0	35
PIS/COFINS	467	0
Outros	34	72
Saldo	501	107

NOTA 23: OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ordenados e salários a pagar	160	153
Tributos trabalhistas	318	305
Férias e encargos	779	817
Saldo	1.258	1.275

NOTA 24: ADIANTAMENTOS A CLIENTES

Representam os adiantamentos recebidos por ordem de produção por garantia de entrega futura.

NOTA 25: OUTROS VALORES A PAGAR

Referem-se a diversos valores tais como prestações de serviços administrativos, adiantamentos de clientes, entre outros valores.

NOTA 26: PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

A administração da Companhia entende serem suficientes as provisões efetuadas para prováveis contingências.

A empresa é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para contingências cíveis	927	927
Provisão para contingências trabalhistas	0	30
Provisão para contingências tributárias	46	357
Saldo	973	1.314

NOTA 27: PATRIMÔNIO LÍQUIDO

27.1 Capital social em 31 de dezembro de 2020

Acionistas Ordinários	Quantidade de Ações Ordinárias		Quantidade de Ações Preferenciais		Total de Ações	
		%		%		%
Usina Livramento Participações Ltda.	19.778	74	0	-	19.778	64
Agropastoril Livramento S.A.	6.791	26	0	-	6.791	22
Diversos	7		4.485	100	4.492	14
	26.576	100	4.485	100	31.061	100

27.2 Ajustes a Valor Presente

O Ajuste a Valor presente é referente a variação do valor de terrenos na qual foi avaliado pelo custo atribuído quando da adoção das notas internacionais de contabilidade pela companhia.

27.3 Reserva de Capital

Refere-se a um aumento de capital ainda não integralizado.

27.4 Reservas de lucro

Refere-se a incentivos fiscais, de redução de ICMS – Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços no qual a empresa goza e que são contabilizadas inicialmente no resultado do período, e constituído a respectiva Reserva de Lucros no encerramento do exercício.

NOTA 28: RECEITAS

A reconciliação da receita bruta para receita líquida, apresentada na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é como segue:

	2020	2019
Venda de produtos	190.988	147.356
Prestação de serviço de transportes	3.190	
(-) Deduções	(1.702)	(907)
ICMS s/ Faturamento	36	167
PIS/COFINS s/ Faturamento	665	227
Devoluções de Vendas	1.001	513



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

Receita líquida	192.476	146.448
-----------------	---------	---------

NOTA 29: CUSTOS

	2020	2019
Custos de Produção		
Matérias-primas e insumos	131.661	104.122
Energia elétrica	1.640	1.848
Mão de obra	4.312	4.760
Combustíveis e lubrificantes	265	361
Manutenção e conservação – Máq. Equipamentos	791	1.285
Depreciação, Amortização e Exaustão	5.953	4.262
Outros gastos gerais de produção	623	816
	145.247	117.455
Custos das vendas		

NOTA 30: DESPESAS

	2020	2019
Despesas gerais e administrativas	2.443	2.384
Salários, encargos sociais	6.267	6.283
Fardamento	21	13
Cursos e treinamentos	68	44
Transportes	95	97
Assistência médica	298	284
Refeições	116	110
Indenizações(i)	373	168
Depreciação e amortização	53	81
Impostos e taxas	2.337	1.908
Viagens	7	31
Telefone e comunicações	52	55
Combustíveis e Lubrificantes	7.385	8.861
Donativos e brindes	15	6
Seguros	1.179	1.122
Despesas com fretes e armazenagens(ii)	2.481	3.448
Despesas com marketing	1	5
Comissões	653	613
Honorários	1.332	1.406
Despesas não dedutíveis	37	32
Serviços Contabilidade e Assessoria	511	669
Serviços e materiais de informática	446	463
Provisão para devedores duvidosos	2.917	0
Outras Despesas	402	271
	29.489	28.353

NOTA 31: OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2020	2019
Receita com venda de ativo imobilizado	(867)	3.852



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

Outras receitas operacionais	353	1.624
Receitas (despesas) não recorrentes (i)	(831)	(120)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(1.345)	5.356

NOTA 32: RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
Despesas bancárias	132	70
Variação cambial passiva	0	0
Despesa de juros	1.585	1.463
Descontos concedido	52	3
Descontos de duplicatas		
Multas de mora		
AVP de fornecedores		
Resultado com operações de swap		
Outras despesas financeiras	243	268
Despesas financeiras	2.012	1.804
Rendimentos de aplicação financeira	426	551
Receita de juros	126	322
Variação cambial ativa		0
AVP clientes		
Outras receitas financeiras	358	1.360
Receitas financeiras	910	2.233
Resultado financeiro	(1.102)	428

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João de Almendra Freitas Filho – Presidente
Eduardo Demes C. Almendra Freitas – Conselheiro
Leonardo e Silva de Almendra Freitas – Conselheiro

DIRETORIA

Valdik Cardoso dos Santos – Diretor Presidente
Ilan Cunha Silveira – Diretor Administrativo
Pedro Mauricio dos S. Evangelista – Diretor Comercial
Antonio José Azevedo de Oliveira – Diretor Técnico



INDÚSTRIAS DUREINO S/A

Valdik Cardoso dos Santos (CPF 244.723.603-49)

Diretor-Presidente

Norberto Wildson Soares Sousa
Contador CRC/PI 9391/O-5



Norberto Wildson Soares Sousa
Contador - CRC-PI 9391/O-5



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

**INDÚSTRIAS DUREINO S/A
CNPJ 10.981.488/0001-39**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da
INDUSTRIAS DUREINO S/A
C.N.P.J (MF): 10.981.488/0001-39
Teresina-PI

Opinião

1. Examinamos as demonstrações contábeis das **INDÚSTRIAS DUREINO S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.
2. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das **INDÚSTRIAS DUREINOS/A.**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

3. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidencia de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

4. A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

5. A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
6. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

7. Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

8. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

9. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

10. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Teresina (PI), 18 de janeiro de 2021.

[A U D Í P E R] - Auditores Independentes S/S - CRC/PI – 23
Vitor Eduardo dos Santos Ribeiro
Contador CRC/PI – 7929-PI
Registro CNAI* nº 4711